

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 104ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -**  
**COMDEMA**

Aos vinte dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 104ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, e justificativas de ausência de Cecília Santos, Márcio Martins, Nair Quadros e Valentim Scalon. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 94ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da última reunião por e-mail, e se poderia dispensar a leitura, sendo aprovada. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV Criar Insumos; lei da taxa de resíduos urbanos; e outros assuntos. Antes de iniciar a reunião Rogério Valverde, chefe de gabinete da prefeitura, pediu a palavra e informou estavam presentes contadores e empresários, e destacou a importância de se estender a mão à classe empresarial e desburocratizar o processo de abertura de empresa, e como representante do prefeito, pediu equilíbrio e bom senso para promover o desenvolvimento da cidade, informou sobre os serviços do Ganha Tempo Empreendedor, e por fim desejou a todos uma boa reunião. Angela deu início à reunião, e pediu inversão da pauta para discutir em outros assuntos, o processo de desburocratização e agilidade para abertura de empresas, o que foi aprovado. Camila Rorato pediu a palavra e expôs um projeto no datashow com o tema 'Desburocratização e Agilidade para Abertura de Empresas em Bebedouro', e explicou sobre a demora na análise dos protocolos de licenciamento e abertura de empresas, assim como sobre as restrições; expôs sobre a demora e falta de clareza nas leis e da falta de processos internos facilitadores, da falta de transparência, assuntos pontuados como problemas a serem resolvidos; também expôs os regulamentos do Estatuto da Cidade sobre gestão participativa, e destacou a importância da participação dos contadores neste processo; expôs sobre o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV, e confrontou como o 'Caderno Técnico de Regulamentação e Implementação de Instrumentos do Estatuto da Cidade', do Ministério de Desenvolvimento Regional, e destacou quais atividades são indicadas para apresentar EIV e áreas mínimas, e propôs que a solicitação de EIV deve ter como parâmetro uma área mínima, a ser incluída na tabela 1 da Resolução COMDEMA 10/2020, que trata do roteiro básico para elaboração de EIV, e também fez comparações com o Plano Diretor de Catanduva, destacando que do total de 52 solicitações de EIV nos últimos 60 dias, pelos critérios do Caderno do Capacidades seria 8 EIVs, e pelo de Catanduva seriam 21 EIVs; também expôs as tabela de usos a licenciar de outros órgãos estaduais como a Cetesb, SiVisa e Bombeiros, que usam como critério a área a ser licenciada; exibiu o quadro 1 do anexo 1 e o mapa PD-19 do Plano Diretor, e comparou com a tabela de atividade do Concla - Comissão Nacional de Classificação do IBGE, destacou que são ao total 1301 CNAEs, e o Plano Diretor tem 361 categorias de uso, e propôs alteração na classificação do uso no processo de licenciamento conforme a tabela do Concla, e destacou a dificuldade de se fazer a associação com as categorias de uso do Plano Diretor; fez uma análise como é feita a classificação de uso na cidade de São Paulo, que associa os CNAEs com as zonas de uso e não gera dúvida quanto ao licenciamento; exibiu também os sites das prefeituras de São Paulo e Ribeirão Preto, em que os EIVs analisados são publicados; informou que será criada uma plataforma no site da prefeitura para ser acessado o Termos de Compromisso para apresentação de EIV ou PGRS; expôs a lei federal 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estabelece a obrigatoriedade de apresentação do PGRS, plano de gerenciamento de resíduos sólidos, para todas as empresas, devendo seguir modelos estabelecidos pelas respectivas cidades; mostrou como é feito nas cidade de São Paulo, que usa a plataforma CTR-e, em que todas as empresas se cadastram, e obriga a apresentação de PGRS às empresas que gerem mais de 1000 litros de resíduo, e propôs que a obrigatoriedade na cidade seja feita pelo volume gerado; também propôs alterações na apresentação de Anuência de Vizinhos e inclusão na Outorga Onerosa, baseado na área da empresa. Angela expôs que não existe falta de transparência na aplicação da lei, e para a realização de alterações no Plano Diretor houveram audiências públicas e reuniões setoriais, na qual os contadores foram convidados à

participar; observou que o Caderno Capacidades foi feito para cidades de grande porte, não se adequando no todo à realidade da nossa cidade; e destacou que a apresentação feita pela Camila poderia ter sido enviada com antecedência aos conselheiros para ser avaliada com adequação; informou que as resoluções do COMDEMA estão disponíveis no site da prefeitura, e propôs que na fase de licenciamento das empresas junto ao VRE não haja a obrigatoriedade de apresentação de EIV ou PGRS, ou mesmo do Termo de Compromisso; destacou quais usos necessitam de EIV nos termos da LC 122/2017, e destacou que deverão ser atividades que concentrem mais de 100 pessoas, nos termos do artigo 274 desta lei, e informou que a tabela 1 da Resolução COMDEMA 10/2020 foi feita baseada no artigo 274, e destacou que a lei não pode ser alterada; lembrou que atividades das categorias C1, S1, e I1 são de baixo impacto e não precisam de EIV; a seguir foi decidido que esse assunto será discutido em outra reunião, quando os conselheiros terão tempo adequado para analisar as solicitações cabíveis de serem deliberadas por esse conselho, considerando que todos material a ser apreciado não foi enviado com antecedência aos conselheiros; Ricardo Coelho defendeu que o assunto a ser discutido é importante e precisa de tempo adequado para ser analisado com cuidado. Foi observado que no processo de viabilidade do licenciamento do VRE, não tem como solicitar documentos complementares, mas que as exigências previstas em lei podem ser aplicadas. Angela lamentou não fazer uma apresentação com explicação aos pontos apresentados na exposição da Camila, e que as explicações não se tratam de falta de capacidade técnica deste conselho, também informou que alterações na lei do Plano Diretor serão feitas através do processo de revisão do Plano Diretor, e se for necessário haverá alteração na resolução do COMDEMA; explicou também que as alterações possíveis no VRE não foram feitas em tempo hábil, e coincidiu com a sua saída da direção do Departamento de Planejamento na época da implantação deste serviço na prefeitura, e disse que as alterações no VRE no atual momento são mais difíceis e serem feitas. Os contadores questionaram sobre a demora na análise do VRE, e qual a relação do COMDEMA neste processo para melhorar os prazos, o que foi explicado que questões de funcionamento do VRE não estão associado a este conselho. Rita Segati explicou que a análise de viabilidade para pesquisa de zoneamento do VRE é finalizada com o alvará de funcionamento, e Angela disse que as obrigações da lei podem atrasar esse processo, e para liberar esse processo propôs algumas exigências poderão ser feitas depois, assim como propôs apresentar análise das propostas, uma nova tabela para a resolução do EIV. Alessandra Desidério destacou que a viabilidade do VRE deve avaliar com antecedência o que é necessário para a abertura da empresa, para evitar cancelamento de processos de abertura das empresas, quando se confirma qualquer incompatibilidade. Neste momento Rogério Valverde entrou na sala e encerrou a participação dos contadores na reunião. A seguir passou a ser discutida, ainda sobre esta pauta, a necessidade de se informar o SIGOR da Cetesb, o gerador de resíduos das empresas; e por fim foi proposto a recomendação deste conselho de não solicitar a apresentação de EIV ou PGRS, seja com Termo de Compromisso, durante o processo de análise de viabilidade do VRE, mas apenas na solicitação da Licença ou Alvará de Funcionamento, e a revogação da tabela 1 da Resolução 10/2010, para ser reanalisada, o que foi aprovado por todos. A seguir passou a ser discutida a pauta EIV Criar Insumos Agrícolas, e mesmo sem a presença do autor do EIV, foi observado que deve ser incluído no EIV o estudo de tráfego, já apresentado; deve ser apresentado o estudo de pressão sonora ou ruído, não foi apresentado as matrizes de impacto e as medidas mitigatórias correspondentes; não foi apresentada as hipóteses de riscos; não foi apresentado o diagnóstico; não foi apresentada a análise química dos produtos usados no processo de transformação e o grau de toxidade; o fluxograma não informa as proporções dos materiais usados; e não foram usados os critérios para elaboração de EIV da Resolução 10/2010; foi analisado que o grau de toxidade do materiais usados é 4, e o risco ambiental é 3, portanto o impacto é recuperável; foi observado também, que segundo informação do autor do EIV, Felipe Teotônio, que a empresa terá outras atividades, como comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, dentre outros, devendo portanto serem relacionado no EIV, com as respectivas quantidades e forma de acondicionamento; por fim o EIV não foi aprovado com as correções apresentadas, devendo ser enviada comunicado com as solicitações indicadas. A seguir passou a ser discutida a minuta do projeto de lei complementar da taxa do lixo, que é uma obrigação colocada pela lei federal 14.026/2020, que atualiza o marco legal do saneamento básico, e altera a lei 11445/2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, muda as competências da ANA, Agência Nacional das Águas, que passa a ser Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico, e estabelece que todo serviço

de saneamento deve ser remunerado, seja através de tarifa ou taxa, que é uma forma de garantir que os serviços públicos de saneamento básico tenham sustentabilidade econômico-financeira, e esta lei estabelece o prazo de 12 meses a partir da sua publicação para que a taxa de lixo seja implantada, sob pena de renúncia de receita ou pena de responsabilidade fiscal; hoje já são cobrados os serviços pela coleta e destinação dos resíduos sólidos do serviço de saúde, RSSS, do resíduo da construção civil, RCC, e da poda, através de tarifas definidas pelo decreto municipal 14.356/2020, sendo portanto pagamento por serviços e não valor compulsório; foi explicado que por jurisprudência o que no caso do serviço do serviço de limpeza urbana, manejo e destinação do resíduo sólido é taxa, e no caso do água e do esgoto é tarifa; esse projeto de lei foi feito para se aplicar sobre o resíduo domiciliar, à varrição e limpeza de bueiros, mas por orientação do jurídico da prefeitura será aplicado somente ao resíduo domiciliar, pois há no país questionamento jurídico de inconstitucionalidade; quanto ao resíduo reciclável, este deverá ter coleta diferenciada, devendo haver orientação para a disposição separada dos resíduos perigosos, como remédios, lâmpadas fluorescentes, pilhas e baterias, dentre outros; foi informado que a taxa de lixo deverá ser cobrada pelo SAAEB, e deverá ter uma agência reguladora, que poderá ser local, mas observado que a criação de uma agência reguladora só é viável para populações acima de um milhão, e informado que foi dado como inviável economicamente a criação desta agência pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo/ Grande, a qual nosso município pertence; será feita uma proposta de adesão à Agência Reguladora do Consórcio PCJ – Piracicaba/Capivari/Jundiaí, que cobra 0,25% sobre a receita, devendo ser feita uma lei para que isso seja viabilizado; a função da agência é verificar se as tarifas e taxas dos serviços de saneamento estão adequadas, e estabelece os procedimentos, fiscalizando, regulamentando e controlando o serviço prestado, no nosso caso, o serviço do SAAEB; o Conselho de Saneamento fiscaliza o cumprimento das leis orçamentárias e de saneamento; quanto ao preço do serviço, foi o valor calculado para o PPA, Plano Plurianual, considerando os custos com coleta, disposição final e agência reguladora, que totalizam R\$ 438.715 / mês, devendo esse valor ser rateado entre as unidades cadastrais do SAAEB, conforme padrão de edificação estabelecida no mapa PD-11 – Padrão de Renda, do Diagnóstico do Plano Diretor, que se refere ao F1, um dos fatores citados no projeto de lei, e o F2 se refere à frequência de coleta do lixo, podendo o valor final variar entre R\$ 6,16 / mês, em bairros populares, à R\$ 16,00 / mês em bairros com padrão alto; foi destacado que a cobrança vai garantir sustentabilidade econômica aos municípios, e melhoria na qualidade dos serviços de saneamento prestados; a seguir foram pontuadas algumas correções no texto da lei: no artigo 5º o termo ‘encontrado’ será substituído por ‘obtido’; o inciso ‘c’ deste artigo foi anotado duas vezes sendo substituído por ‘d’; o termos ‘utilizando’ do inciso d deste artigo foi substituído por ‘considerando’; o § 1º deste artigo foi acrescentado os termos ‘Padrão de Renda’; o § 2º o termo ‘utilizarão’ será substituído por ‘utilizará’; no artigo 6º o texto será iniciado com o termo ‘A’, e acrescentado o termo ‘e’ antes dos termos ‘nos demais’; no artigo 11 foi acrescentado o termo ‘municipal’ junto à ‘lei 3693/2007’; e por fim foi solicitado ser reapresentada a lei com os anexos citados, a tabela de preços, e os mapas PD-14 e PD-11. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um.

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária